



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
Superintendência no Estado do Piauí  
Rua Alm. Gervásio Sampaio, 685 - 64.200-250 Parnaíba-PI  
Fones: (0xx-86) 322-1461/3142

## **ATA DA REUNIÃO DO GRUPO TRABALHO ESTADUAL PARA DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO PIAUÍ.**

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete, às dez horas, na sede da Prefeitura Municipal de Piri-piri, naquele município, foi realizada reunião do Grupo Trabalho Estadual para destinação de imóveis da União à habitação de interesse social no Piauí, doravante GTE-PI. A reunião foi presidida pela Superintendente do Patrimônio da União no Piauí, senhora Alinne Castelo Branco Gibson, que agradeceu o comparecimento dos presentes, informando que a reunião objetivava atender demanda do Município de Piri-piri que após receber denúncias de ocupações irregulares que estavam ocorrendo no imóvel denominado loteamento Campo das Palmas motivando a expedição de notificações aos ocupantes com vistas a desocupação do imóvel que foi cedido pela União ao Município de Piri-piri para implantação de projeto que contempla habitação, urbanização, equipamentos públicos e empreendimentos comerciais e industriais. E ainda em virtude da edição do Decreto Municipal nº 1.340/2017, que anula todos os procedimentos licitatórios das concorrências nº 02 e 03 havidas em 2014 para as áreas destinadas aos empreendimentos comerciais e industriais no citado loteamento. Informou ainda que tem recebido denúncias tanto por parte do Município que é o atual gestor da área, bem como de representantes dos movimentos populares que inclusive enviaram fotos sobre as ocupações existentes via aplicativo de celular. Estavam representadas as seguintes entidades: pela SPU/PI a senhora superintendente Alinne Castelo Branco Gibson e o servidor Marconi de Macêdo Rodrigues, Chefe da Divisão de Destinação; pelo MUNICÍPIO DE PIRIPIRI: O prefeito Luiz Cavalcante e Menezes, Procurador Geral do Município o senhor Christiano Amorim Brito, Secretário Municipal de Administração o senhor José Gomes do Amaral Neto; Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social senhora Márcia Regina Galvão de Almeida, Advogado do Município senhor Antônio Mendes Moura; O SEGMENTO DOS MOVIMENTOS POPULARES: representado pela União Nacional de Moradia Popular (UNMP) pelas senhoras Neide de Jesus Carvalho; pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) representado pela senhora da Anísia Teixeira Silva; e ainda representantes da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC as senhoras Meirilurde de Jesus Carvalho e Charlane Maria de Sousa; representante do Movimento de Resistência à Moradia – MOREM a senhora Dulcineida Cardoso Nunes Assunção; CSP com Lutas, Tibério César dos Santos Lima; o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO representado pelos senhores Emanuel Rodrigues Castelo Branco e Humberto Gonzaga da Silva; O Ministério Público Estadual, Promotoria de Justiça de Piri-piri, senhor Joaquim Urquiza. Considerando a presença à reunião de pessoas não vinculadas formalmente ao GTE-PI, a representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) senhora Anísia Teixeira Silva propôs à senhora Alinne Gibson que solicitasse que os presentes se apresentassem. A senhora superintendente Alinne Castelo Branco Gibson que é formalmente a Presidente GTE-PI, em atenção ao proposto solicitou que os presentes se apresentassem. Em seguida concedeu a palavra ao senhor Prefeito Luiz Menezes que fez um breve histórico do



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Superintendência no Estado do Piauí  
Rua Alm. Gervásio Sampaio, 685 - 64.200-250 Parnaíba-PI  
Fones: (0xx-86) 322-1461/3142

loteamento denominado “Campo das Palmas”, e sobre possíveis ilícitos que foram denunciados por vereadores e pelo próprio cidadão Luiz Menezes enquanto estava à margem do cargo de prefeito, e explicando os motivos que o fizeram decretar o cancelamento das licitações havidas, conforme o citado Decreto Municipal nº 1.340/2017, cuja cópia foi disponibilizada aos representantes das instituições/entidades presentes, tendo o senhor Prefeito apresentando ainda documentos julgados pela recente administração municipal como irregulares. Solicitando a palavra a representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, senhora da Anísia Teixeira Silva falou que o momento não era para se tratar das denúncias da gestão anterior mas sim de buscar alternativas para as inúmeras famílias que estavam ocupando a área do Campo das Palmas por falta de moradia. Em seguida, a representante da União Nacional de Moradia Popular – UNMP, senhora Neide de Jesus Carvalho se manifestou falando sobre o histórico dos procedimentos para a cessão da área de propriedade da União ao Município e defendendo inclusive o que estava estabelecido nas cláusulas contratuais, que foram motivo de lutas e conquista dos movimentos populares, ressaltando a destinação de 300 (trezentos) lotes à Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC, ressaltando que cabe ao Ministério Público Federal investigar as possíveis irregularidades e que não é atribuição do GTE/PI fazer tal apuração e que o problema das famílias que não possuem moradias tem que ser urgentemente tratado. O servidor da SPU/PI Marconi Rodrigues falou sobre a complexidade da dinâmica do processo de cessão da área e sobre possível incentivo de invasões por questões políticas orquestrada por grupos de vereadores e outras pessoas contrários ao interesse público em diversas etapas desse processo. Demonstrou preocupação com a edição do Decreto Municipal nº 1.340/2017 que poderá causar impacto de nulidade ao contrato de cessão vigente. O Prefeito Luis Menezes se manifestou afirmando que o Decreto visa garantir a moradia para questão social e impedir a especulação imobiliária, bem como impedir as alienações que, segundo ele, são contrárias ao interesse público. Ressaltando que o Município não está querendo excluir da área as pessoas necessitadas mas que a ocupação da área e construções devem seguir as diretrizes urbanísticas traçadas na legislação municipal. Na sequência a Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social (SETAS) senhora Márcia Regina Galvão de Almeida, expôs o trabalho desenvolvido pela secretaria no sentido de fazer um diagnóstico do deficit habitacional do município e que existem unidades habitacionais de projetos do “Minha Casa Minha Vida” no Município que se encontram fechadas. Informou que já ficou constatado incompatibilidade no cadastro atualmente existente com levantamentos preliminares realizados para a confecção do diagnóstico. Se colocando à disposição do Movimentos Sociais que trabalham a questão habitacional para elaborarem o cadastramento. Na oportunidade a Senhora Presidente do GTE/PI Alinne Castelo Branco Gibson definiu que o trabalho de cadastramento das famílias que estão ocupando a área deve ser realizado em conjunto com os movimentos sociais com prazo definido. Citou que a representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, senhora da Anísia Silva já possui um pré-cadastro que deve ser levando em consideração, uma vez que trata-se de levantamento antigo que possibilita orientar que já se encontra ocupando a terra há mais tempo. A representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, senhora da Anísia Teixeira Silva falou sobre a necessidade de que



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
Superintendência no Estado do Piauí  
Rua Alm. Gervásio Sampaio, 685 - 64.200-250 Parnaíba-PI  
Fones: (0xx-86) 322-1461/3142

sejam definir critérios para a retirada das famílias que ocupam a área. Que existem ocupações há mais de 20 anos. O servidor da SPU/PI Marconi Rodrigues explicou que não existem ocupações com o tempo de 20 anos, que existe uma outra área que era do DNIT onde existem ocupações de funcionários aposentados além de uma sobra de terreno que anteriormente pertencia ao Campo das Palmas mas que não foi cedida ao Município. Que é preciso verificar preliminarmente quais as ocupações estão de fato dentro da poligonal objeto do processo de cessão de uso. Aventou-se a possibilidade de criar um grupo de trabalho vinculado ao GTE-PI para identificar as ocupações que não estejam inseridas dentro da poligonal da área cedida. Solicitando a palavra, o advogado do Município senhor Antônio Mendes Moura, informou que visitou a área e constatando que existem famílias carentes que realmente necessitam de moradia e que essas famílias concordam com a retirada de cercas de especuladores e que há um pequeno grupo que faz tumulto generalizado para impedir a retirada das cercas e tapumes sem residentes. Ressaltou preocupação com a questão dos prazos das cláusulas do contrato de cessão que expiram no mês de abril. Que apresentou à SPU/PI ofício com requisição de dilação de prazo contratual e tendo em vista a hostilidade com que o grupo de ocupantes recebeu os representantes do Município e ainda diante da responsabilidade de gestão e zelo da área prevista no contrato de cessão ao Município redigiu petição visando a reintegração de posse, que será impetrada junto à justiça em momento oportuno, desde que não se chegue a uma deliberação de consenso no âmbito do GTE/PI, uma vez que o processo de ocupação se intensifica cotidianamente. A representante da UNMP senhora Neide Carvalho falou que é necessário fazer uma força tarefa com representantes do GTE-PI para realizar o levantamento *in loco* para que se possa avaliar as diversas situações existentes e a partir desse levantamento definir os critérios necessários para contemplar os beneficiados. Defendeu ainda a necessidade imediata de intervenção para retirada de cercas. A representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, senhora da Anísia Teixeira Silva, propôs que seja feito um edital pelo Município para publicidade dos critérios necessários para contemplar os beneficiários. O servidor da SPU/PI Marconi Rodrigues falou sobre a necessidade dos membros do GTE-PI conhecerem a planta referente a área cedida, pois existem áreas com ocupações que não estão inseridas na área objeto do contrato. Que o primeiro passo é verificar quem efetivamente está ocupando área objeto do contrato; depois identificar os ocupantes de outras áreas para se propor algum processo de intervenção, pois existem documentos na SPU/PI de alguns moradores servidores aposentados do DNIT. Defendeu a imediata retirada de cercas e que as barracas utilizadas por moradia sempre foram preservadas durante as intervenções realizadas pela SPU/PI. Demonstrou preocupação com a ausência da Caixa Econômica Federal – CEF, que é imprescindível para a consecução dos objetivos previstos no contrato, uma vez que as pessoas não terão condições financeiras de erguer suas moradias de forma adequada. A senhora Presidente do GTE-PI Alinne Gibson leu cláusula contratual que reforça a necessidade da presença da CEF. Marconi Rodrigues defendeu também a publicidade dos nomes dos cadastrados pelo Município em parceria com os Movimentos Sociais. O representante do CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO senhor Emanuel Rodrigues Castelo Branco demonstrou preocupação com a questão do planejamento urbanístico. Feitos os devidos esclarecimentos a respeito da situação



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
Superintendência no Estado do Piauí  
Rua Alm. Gervásio Sampaio, 685 - 64.200-250 Parnaíba-PI  
Fones: (0xx-86) 322-1461/3142

urbanística do loteamento, passou-se aos **Encaminhamentos**: 1) O Município, monitorado pela SPU e representantes dos Movimentos Sociais efetuará no dia 19/01/2017, às 9:00horas retirada de cercas e barracos sem ocupação efetiva; 2) No dia 30/01/2017, o Município apresentará levantamento das famílias ocupantes das áreas; 3) A SPU/PI priorizará análise do pedido de dilação de prazo efetuada pelo Município. E para que fiquem registrados todos os fatos ocorridos, eu, \_\_\_\_\_, Marconi de Macêdo Rodrigues, SIAPE 6109560, Chefe da Divisão de Destinação da SPU/PI, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será subscrita pelos participantes da reunião do Grupo Trabalho Estadual para destinação de imóveis da União à habitação de interesse social no Piauí, GTE-PI.

---

**Alinne Castelo Branco Gibson**  
Superintendente da SPU/PI

---

**Marconi de Macêdo Rodrigues**  
Chefe da DIDES-SPU/PI

---

**Luiz Cavalcante Menezes**  
Prefeito de Piripiri/PI

---

**Márcia Regina Galvão de Almeida**  
Representante da SETAS/PMP

---

**Anísia Teixeira**  
Representante da MNLM

---

**Dulcineida Cardoso Nunes Assunção**  
Representante do MOREM

---

**Emanuel Rodrigues Castelo Branco**  
Representante do CAU

---

**Oswaldo Mavinier**  
Representante do CONAM

---

**José Gomes do Amaral Neto**  
Secretário Municipal de Administração

---

**Humberto Gonzaga da Silva**  
Representante do CAU



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
Superintendência no Estado do Piauí  
Rua Alm. Gervásio Sampaio, 685 - 64.200-250 Parnaíba-PI  
Fones: (0xx-86) 322-1461/3142

---

**Joaquim Urquiza**  
Representante do MP/PI

---

**Christiano Amorim Brito**  
Procurador Geral do Município

---

**Tibério César dos Santos Lima**  
Representante do CSP com Lutas

---

**Neide de Jesus Carvalho**  
Representante da UNMP

---

**Charlane Maria de Sousa**  
Representante da FAMCC

---

**Meirilurde de Jesus Carvalho**  
Representante da FAMCC